

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES



COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE
ASSUNTOS SOCIAIS

RELATÓRIO E PARECER

DA AUDIÇÃO DO GESTOR PÚBLICO INDIGITADO PARA PRESIDENTE DO CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO DO HOSPITAL DE SANTO ESPÍRITO DA ILHA TERCEIRA

FEVEREIRO DE 2025



INTRODUÇÃO

A Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais reuniu no dia 21 de fevereiro de 2025 e da agenda da reunião constava a audição do Senhor Mestre Paulo Filipe de Almeida e Silva Diz, indigitado pelo Governo Regional dos Açores para o cargo de Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira.

O *curriculum vitae* do Senhor Mestre Paulo Filipe de Almeida e Silva Diz fica anexo ao presente relatório, do qual faz parte integrante.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A presente audição é efetuada nos termos e para os efeitos previstos nos números 2 e 4 do artigo 12.º e artigo 12.º-A do Estatuto do Gestor Público Regional, o qual foi republicado em Anexo ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2014/A, de 30 de outubro.

«A comissão especializada permanente respetiva deve proceder à audição no prazo de vinte dias, a contar da data do despacho do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores» (cf. previsto no n.º 3 do artigo 12.º-A).

«A comissão referida no número anterior, ao abrigo das correspondentes normas regimentais, elabora um relatório, do qual deve constar a audição do gestor público indigitado, bem como a posição dos partidos que integrem a comissão sobre a referida audição» (cf. n.º 4 do artigo 12.º-A).

Por fim, refira-se que «O relatório é obrigatoriamente enviado, no prazo de cinco dias, pelo Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores ao Presidente do Governo Regional dos Açores, para os devidos efeitos» (cf. n.º 5 do artigo 12.º-A).



CAPÍTULO II

AUDIÇÃO DO GESTOR PÚBLICO INDIGITADO

O Senhor Mestre Paulo Filipe de Almeida e Silva Diz, na qualidade de gestor indigitado para Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira fez uma apresentação inicial do seu currículo, com destaque para a forma como a sua formação pessoal, académica e profissional moldaram o seu percurso e contribuíram para a sua visão de gestão hospitalar. Com 45 anos, casado e pai de três filhos, destacou-se pela sua abordagem de proximidade, valorizando o trabalho em equipa e o contacto direto com os profissionais de saúde e utentes. Ao longo da sua carreira, procurou estar presente no terreno, acompanhando as equipas nos blocos operatórios, consultas externas e outros serviços, pois acredita que essa proximidade é a sua maior mais-valia. Defende a autonomia das equipas aliada à responsabilização, modelo que tem adotado ao longo dos seus 19 anos de experiência na área da saúde. Para ele, essa experiência, combinada com a sua formação académica e percurso profissional, prepararam-no para o desafio de liderar a administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (HSEIT).

Em relação ao seu percurso académico, informou que é especialista em administração hospitalar pela Escola Nacional de Saúde Pública, possui um mestrado em gestão, concluído em 2013, e é especialista em contabilidade e auditoria. Além disso, tem uma licenciatura em contabilidade e auditoria, concluída antes da implementação do Processo de Bolonha. Complementou a sua formação com diversas especializações na área da administração pública, incluindo o Curso de Alta Direção da Administração Pública (CADAP) e o Programa de Alta Direção de Instituições de Saúde (PADIS), concluído em 2007.

A nível profissional, iniciou a sua carreira em 2002 na área da auditoria e revisão oficial de contas. Em 2006, ingressou no setor hospitalar, inicialmente na auditoria interna, passando depois, em 2009, para a área financeira, onde permaneceu até 2019, no então Hospital Infante Dom Pedro, posteriormente integrado no Centro Hospitalar do Baixo Vouga. Em 2019, começou a sua trajetória nos Conselhos de Administração, tendo assumido funções no Centro Hospitalar Gaia Espinho, onde cumpriu um mandato completo até 2022. Seguiu depois para o cargo de diretor executivo do Agrupamento de Centros de Saúde Aveiro Norte, onde permaneceu durante cerca de 17 meses, transitando posteriormente para a Unidade Local de Saúde Entre Douro e Vouga, onde desempenhava funções de vogal executivo até à sua indigitação para a presidência do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (HSEIT).



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Sobre esta unidade hospitalar, afirmou ter estudado toda a documentação pública disponível, procurando compreender melhor a realidade da instituição. Referiu que o hospital serve diretamente cerca de 66 mil utentes, abrangendo não só a população da Ilha Terceira, mas também das ilhas Graciosa e São Jorge. Conta com 217 camas e mais de 1400 profissionais, incluindo cerca de 450 enfermeiros, 400 assistentes operacionais e mais de 150 médicos, além de técnicos de diagnóstico e terapêutica e técnicos superiores.

Apontou que o maior desafio da gestão hospitalar reside nos recursos humanos, dada a complexidade das diversas categorias profissionais existentes. Salientou que todos os profissionais precisam de ter consciência do seu papel e que o hospital existe, antes de mais, para os utentes, sendo essa a sua principal missão. A nível de infraestrutura e capacidade, referiu que o hospital dispõe de seis salas de bloco operatório e um orçamento anual de aproximadamente 100 milhões de euros. Em termos de atividade assistencial, realiza mais de 113 mil consultas anuais, das quais cerca de 95 mil são médicas, e efetua quase 4 mil cirurgias. Além disso, recebe cerca de 65 mil episódios de urgência anuais.

Apresentou então a sua visão estratégica para o hospital, assente em cinco grandes áreas de intervenção:

A primeira, a governação clínica, deverá estar centrada no utente, apostando na proximidade, no trabalho em equipas multidisciplinares e na integração entre os cuidados primários, hospitalares e de saúde pública. Defendeu a adoção de protocolos clínicos atualizados e a implementação de uma medicina baseada em valor, que privilegie resultados efetivos para os utentes. Propôs uma gestão ativa das listas de espera, garantindo equidade no acesso aos cuidados e uma forte articulação com os cuidados de saúde primários. Enfatizou ainda a necessidade de otimizar a utilização da capacidade instalada, nomeadamente dos blocos operatórios e dos meios complementares de diagnóstico e terapêutica.

A segunda área de atuação refere-se aos recursos humanos, onde defendeu uma cultura de proximidade e autonomia, com foco na retenção de profissionais. Considera essencial criar um ambiente de trabalho atrativo, que ofereça oportunidades de investigação e formação contínua. Mencionou a importância de aumentar a capacidade formativa do hospital, pois a formação de profissionais na instituição pode servir como ferramenta de recrutamento. Defendeu ainda a aposta no vínculo ao quadro de pessoal em detrimento dos contratos de prestação de serviços.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

A terceira área prende-se com a sustentabilidade financeira, ambiental e social. Defendeu a melhoria da eficiência financeira do hospital, a transparência na aplicação dos recursos e a implementação de um modelo de contabilidade de gestão que permita uma análise detalhada dos custos. Destacou a necessidade de diversificação das fontes de financiamento, a importância da eficiência energética e da gestão sustentável de resíduos, bem como o compromisso social do hospital com a comunidade.

A quarta área aborda as infraestruturas, software e equipamentos, apontando a necessidade de um planeamento rigoroso dos investimentos. Destacou que qualquer aquisição de equipamentos ou software deve ser precedida por uma avaliação transparente dos custos e benefícios, de forma a garantir uma gestão eficiente. Referiu ainda que a interoperabilidade dos sistemas informáticos do hospital deve ser melhorada, de modo a otimizar a gestão assistencial e operacional.

Por fim, a quinta área refere-se à articulação com *stakeholders*, sublinhando a importância de um trabalho coordenado entre o hospital, a Secretaria Regional da Saúde, as autarquias, o Governo Regional e outras entidades do setor social e privado. Defendeu que a colaboração entre estas instituições pode potenciar soluções mais eficazes para os desafios do hospital.

Sublinhou também a relevância da literacia em saúde, defendendo que os utentes devem ser capacitados para compreenderem melhor os determinantes da sua própria saúde. Referiu que a comunicação entre o hospital e os utentes deve ser reforçada, evitando falhas no atendimento e garantindo que as consultas e procedimentos são cumpridos sem desperdício de recursos.

Concluiu reafirmando o seu compromisso com uma gestão transparente, eficiente e focada na melhoria dos cuidados de saúde prestados aos utentes do hospital, afirmando que a sua atuação será pautada pela responsabilidade e proximidade com as equipas e a comunidade.

Após esta completa explanação inicial, abriu-se a 1ª Ronda de Intervenções, iniciada pelo Deputado José Toste (PS) que começou por congratular o Doutor Paulo Diz pela sua nomeação para Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (HSEIT). O Deputado socialista questionou também o indigitado sobre a estratégia para equilibrar o financiamento público com os custos reais do hospital, referindo que, segundo o Tribunal de Contas, existiam 41,6 milhões de euros em despesa sem cabimento. Perguntou ainda sobre o impacto da criação do hospital universitário em Ponta Delgada, sobre a crescente lista de espera para cirurgias e sobre a possibilidade de criar um serviço de hemodinâmica no hospital.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O Doutor Paulo Diz respondeu que a prioridade passa por maximizar a capacidade instalada do hospital, aumentar a eficiência dos blocos operatórios e apostar na cirurgia de ambulatório. Quanto ao financiamento, destacou a necessidade de aumentar a eficiência e diversificar fontes de receita. Relativamente ao hospital universitário, considera que poderá beneficiar a região ao fortalecer a formação de profissionais de saúde e promover uma rede colaborativa entre hospitais. Sobre a hemodinâmica, afirmou que a questão será analisada conjuntamente com a Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social (SRSSS) e pelo próprio Governo Regional dos Açores.

O Deputado José Toste (PS) replicou, lembrando que além da despesa identificada pelo Tribunal de Contas, existia uma dívida de 15 milhões de euros aos enfermeiros, cuja resolução não estava contemplada. Pediu ainda a publicação do relatório e contas de 2023, que não estava disponível no site do hospital. O Doutor Paulo Diz garantiu que a publicação será feita brevemente e reafirmou que a estratégia passa por otimizar recursos e garantir um financiamento adequado.

A Deputada Nídia Inácio (PSD) questionou sobre os principais desafios do hospital, quais as inovações que pretende implementar e as prioridades para este ano, bem como as necessidades em termos de equipamento médico e tecnologia. O Doutor Paulo Diz respondeu que a governação clínica centrada no utente e a retenção de profissionais de saúde são as principais prioridades. Destacou ainda investimentos na unidade coronária e na hospitalização domiciliária.

A Deputada Hélia Cardoso (CH) abordou a questão do financiamento, defendendo que o modelo deveria basear-se no desempenho e não apenas no histórico. Questionou se o Doutor Paulo Diz tinha condicionado a aceitação do cargo a um reforço orçamental e quais eram as estratégias para reduzir a dependência de prestações de serviço. O Doutor Paulo Diz afirmou que o modelo de financiamento precisa de evoluir e que a substituição de prestações de serviço por vínculos definitivos é uma prioridade, ainda que algumas especialidades tenham desafios específicos. A Deputada Hélia Cardoso replicou, apontando que o modelo atual não premeia a produção hospitalar, e o Doutor Paulo Diz reconheceu essa questão, afirmando que irá trabalhar no sentido de melhorar o modelo.

O Deputado António Lima (BE) destacou o elevado recurso a prestações de serviço na ginecologia, onde apenas dois especialistas pertencem ao quadro, e questionou sobre medidas para reduzir essa dependência. Perguntou também se pretendia criar condições para que a interrupção voluntária da gravidez (IVG) pudesse ser realizada no hospital da Terceira. O Doutor Paulo Diz afirmou que é necessário avaliar as condições existentes e os desafios éticos e profissionais.



Quanto à prestação de serviço, reiterou que a solução passa por melhorar as condições de trabalho e reter profissionais.

Por fim, a Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP) abordou a articulação entre o hospital e as unidades de saúde das ilhas sem hospital, como São Jorge e Graciosa. Questionou se seria preferível deslocar médicos em vez de doentes. O Doutor Paulo Diz destacou que a gestão do utente deve ser a prioridade, garantindo que todas as consultas e exames sejam agendados numa só deslocação para minimizar inconvenientes. Afirmou ainda que a deslocação de profissionais é vantajosa, desde que acompanhada dos recursos necessários, e que a consulta descentralizada é um conceito a explorar, desde que realizada de forma eficiente.

Terminada esta primeira ronda, abriram-se as inscrições para a segunda ronda, também esta iniciada pelo Deputado José Toste (PS) que tomou da palavra para questionar sobre o Relatório & Contas de 2023. Referiu ainda que o número de dias de internamento tem vindo a aumentar desde 2020, o que tem impacto na ocupação hospitalar e nos custos de hotelaria e destacou a crescente incidência de internamentos sociais, considerando que os hospitais não estão preparados para essa função e que os custos envolvidos são demasiado elevados. Questionou que medidas serão implementadas para reduzir esses internamentos e otimizar a ocupação hospitalar. Também levantou preocupações quanto à retenção de clínicos e à gestão da casuística no Serviço Regional de Saúde (SRS), referindo que os rácios nacionais não podem ser aplicados diretamente à realidade regional.

O Doutor Paulo Diz respondeu que a taxa de ocupação hospitalar se encontra abaixo dos 70%, um nível aceitável, mas reconheceu a sazonalidade como um fator a ter em conta. Sobre os internamentos sociais, salientou a necessidade de uma maior articulação com entidades sociais e privadas, como a Santa Casa da Misericórdia, de modo a garantir a confiança na readmissão dos utentes. Defendeu um trabalho mais próximo com as famílias e equipas de enfermagem e reabilitação para evitar a perda de autonomia dos pacientes. Quanto à realidade regional, afirmou ser sensível à especificidade da gestão da casuística e reiterou que a existência de um hospital universitário não deve ser vista como uma ameaça, mas como uma oportunidade de crescimento para o SRS.

O Deputado José Toste (PS) usou da réplica para abordar a questão da redundância no SRS, perguntando se esta deve ser geográfica, em termos de profissionais de saúde e equipamentos, ou assegurada através do setor privado. Referiu também a necessidade de potenciar a cirurgia eletiva, face à tendência de diminuição da produção cirúrgica desde 2021.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Em resposta, o Doutor Paulo Diz defendeu que a redução da pressão sobre os blocos operatórios pode passar por uma otimização da capacidade instalada, incluindo a aposta na atividade em regime de ambulatório. Sobre a redundância, afirmou que esta deve ser analisada caso a caso, sempre com foco no utente, garantindo acesso às especialidades necessárias e considerando os custos envolvidos.

A Deputada Hélia Cardoso (CH) interveio em seguida, abordando a contabilidade de gestão nos hospitais e as limitações dos softwares atualmente utilizados. Questionou se havia intenção de substituir essas aplicações informáticas por outras mais integradas e quais seriam as novas fontes de financiamento previstas para o SRS, além das transferências do Orçamento Regional.

O Doutor Paulo Diz respondeu que ainda é cedo para se pronunciar sobre a substituição dos softwares hospitalares, pois não os conhece em profundidade. No entanto, destacou a importância da contabilidade de gestão e criticou o facto de, a nível nacional, se continuar à procura de um modelo perfeito, sem avançar com soluções práticas. Sobre as fontes de financiamento, destacou a necessidade de melhorar a identificação de responsáveis pelo pagamento de serviços hospitalares, nomeadamente seguradoras e turistas.

A Deputada Hélia Cardoso (CH) usou da réplica para sublinhar que, apesar das limitações, a contabilidade de gestão é uma realidade a nível nacional e já permite a comparação entre hospitais, algo que ainda não ocorre na região. Reiterou a necessidade de apurar corretamente os custos com recursos humanos.

O Doutor Paulo Diz reconheceu a diferença entre o nível regional e nacional nesta matéria, garantindo que pretende trabalhar na melhoria da contabilidade de gestão, independentemente das limitações de software.

A Deputada Salomé Matos (PSD) interveio para questionar sobre a valorização dos profissionais de saúde, nomeadamente enfermeiros e médicos. Perguntou qual a sua opinião sobre os incentivos implementados pelo Governo Regional para a fixação de profissionais e sobre o projeto de hospitalização domiciliária.

O Doutor Paulo Diz elogiou a aposta na hospitalização domiciliária, considerando que melhora a recuperação dos doentes e liberta camas hospitalares. Defendeu que a expansão deste modelo deve ser progressiva. Quanto aos incentivos para a fixação de médicos, reconheceu a sua importância e sublinhou que a qualidade de vida na região pode ser um fator determinante na atração de profissionais. Destacou também o papel essencial dos enfermeiros no sistema de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

saúde, salientando a evolução da sua autonomia técnica e a relevância das especializações na melhoria dos cuidados prestados.

A Deputada Salomé Matos (PSD) usou da réplica para reforçar que todas estas medidas devem ter como objetivo final a melhoria da prestação de cuidados aos utentes. Questionou que estratégias podem ser implementadas para combater a iliteracia em saúde e reduzir a pressão sobre os serviços de urgência.

O Doutor Paulo Diz sublinhou a importância da educação em saúde, destacando o papel da saúde pública, da comunicação social e das escolas na transmissão de boas práticas. Referiu que cerca de 50% das urgências hospitalares são classificadas como não urgentes, o que exige uma maior intervenção dos cuidados de saúde primários. Concluiu afirmando que a literacia em saúde é um processo longo e que exige persistência.

Por fim, na terceira ronda a Deputada Nídia Inácio (PSD) questionou sobre as parcerias entre o hospital e outras instituições de saúde e ensino, abordando os benefícios que estas podem trazer em termos de inovação, pesquisa e formação de profissionais. Perguntou também sobre a preparação do hospital para enfrentar possíveis emergências sísmicas, recordando o histórico de eventos na ilha Terceira.

O Deputado José Toste (PS) colocou duas questões diretas: se o Doutor Paulo Diz pretende manter a atual direção clínica, de enfermagem e o vogal na sua equipa e se acumulará funções no hospital com outras responsabilidades públicas ou privadas.

A Deputada Hélia Cardoso (CH) abordou a captação de médicos, questionando se, além da abertura de concursos, existem estratégias alternativas para atrair profissionais para a região, como campanhas promocionais em universidades. Perguntou ainda se identificou políticas de gestão nacionais que poderiam ser implementadas no hospital.

Relativamente a estas três intervenções, o Doutor Paulo Diz respondeu que a única acumulação de funções que mantém é como docente esporádico em Portugal Continental. Quanto às parcerias, destacou a importância de acordos formais que permitam o acesso a bases de dados e formação contínua. Sobre as emergências sísmicas, afirmou que o hospital tem planos de contingência atualizados e colabora com a Proteção Civil. Em relação à captação de médicos, sublinhou que a melhor estratégia passa por um projeto clínico sólido, onde os profissionais sintam segurança e motivação para trabalhar. Concluiu indicando que a composição da sua equipa será definida em articulação com a Secretaria Regional de Saúde e Segurança Social.



Encerrando a audição, a Presidente da Comissão agradeceu os esclarecimentos do Doutor Paulo Diz e desejando-lhe os maiores sucessos no desempenho das suas funções.

CAPÍTULO III

POSIÇÃO DOS PARTIDOS

- **O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata (PSD):**

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata vota favoravelmente o relatório e dá parecer favorável à indigitação.

- **O Grupo Parlamentar do Partido Socialista (PS):**

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista vota favoravelmente o relatório e dá parecer de abstenção à indigitação.

- **O Grupo Parlamentar do Partido CHEGA (CH):**

O Grupo Parlamentar do CHEGA vota favoravelmente o relatório e dá parecer favorável à indigitação.

- **O Grupo Parlamentar do CDS - Partido Popular (CDS - PP):**

O Grupo Parlamentar do CDS – Partido Popular vota favoravelmente o relatório e dá parecer favorável à indigitação.

A Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda (BE):

A Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda, apesar de participar na comissão sem direito a voto, foi auscultado e vota favoravelmente o relatório, mas não emitiu parecer à indigitação.

- **A Representação Parlamentar do Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN):**

A Representação Parlamentar do Partido Pessoas-Animais-Natureza, apesar de participar na comissão sem direito a voto, foi auscultado, mas não emitiu parecer.

CAPÍTULO IV

CONCLUSÕES E PARECER

Atenta a natureza da audição realizada, a Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais deliberou, por maioria, na reunião de 24 de fevereiro de 2025, aprovar o presente relatório.

Horta, 24 de fevereiro de 2025



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

A Relatora

Inês Soares de Oliveira e Sá

Inês Soares de Oliveira e Sá

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente

Sandra Costa Dias

Sandra Costa Dias